

DIAGNÓSTICO DA MORTALIDADE VIOLENTA ENTRE JOVENS NA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA IMPORTÂNCIA DE INDICADORES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS¹, E ESTRATÉGIAS DA PMMG ANTE O PROBLEMA²



Ten-Cel PM Renato



Maria Letícia



Maria Thais



Cap PM Protásio

RENATO VIEIRA DE SOUZA

Tenente-coronel da PMMG, Graduado em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM/MG), Mestrando em Administração Pública pela FJP. Chefe da Seção de Emprego Operacional (PM/3), do Estado-Maior da PMMG. Especialista em Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, pela UFMG.

MARIA LETÍCIA DUARTE CAMPOS

Socióloga. Mestranda em Administração Pública, Superintendente Central de Modernização Institucional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

MARIA THAÍ DA COSTA OLIVEIRA SANTOS

Psicóloga. Especialista em Administração Pública e Mestranda em Políticas Sociais pela FJP. Assessora da SEPLAG.

GILBERTO PROTÁSIO DOS REIS

Capitão da PMMG, Graduado em Segurança Pública pela APM/MG. Pesquisador “Benemérito Notável” da PMMG. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Chefe da Assessoria de Planejamento Prospectivo/Estado-Maior da PMMG.

¹ Artigo adaptado do estudo homônimo realizado como atividade acadêmica do Mestrado em Administração Pública, na Fundação João Pinheiro/MG, no campo da Gestão de Políticas Sociais.

² Aspecto não constante do estudo originalmente apresentado à Fundação João Pinheiro pelos mestrandos Maria Letícia Duarte Campos, Maria Thais da Costa Oliveira Santos e Renato Vieira de Souza, porém inserido, sob orientação deste, no presente artigo, a pedido do Conselho Editorial da revista *O Alferes*, para atender as expectativas do público desse periódico.

Resumo: Diagnostica e analisa tendências da mortalidade violenta por homicídio entre jovens na Região Sudeste. Especifica as políticas de segurança pública adotadas pela PMMG, para enfrentamento do problema.

Palavras-chave: homicídios, jovens, tendências, estratégias de intervenção.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade e a violência representam, na atualidade, um dos problemas mais graves a serem solucionados pelos diversos níveis de governo - federal, estadual e municipal. Nesse aspecto, a segurança pública vem adquirindo significado fundamental para a garantia da qualidade de vida dos cidadãos, destacando-se como tema primordial de políticas públicas.

O incremento da violência tem trazido para o debate dois pontos de enriquecimento para a análise do problema. O primeiro diz respeito ao alargamento do conceito de violência, para uma percepção menos empírica e mais científica, tendo em vista as peculiaridades que vem assumindo e seus novos significados. O segundo ponto refere-se ao aumento da quantidade e da qualidade dos indicadores objetivos capazes de traduzir a profundidade e complexidade da questão, respectivamente pelo aprimoramento de meios estatísticos para mensuração dos índices da violência e pelo uso de novas tecnologias de leitura geográfica.

Segundo MICHAUD (1989), utilizado no documento que fornece as principais diretrizes e a base instrumental para a elaboração deste trabalho — Mapa da Violência III —,

há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variados, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

A forma e o grau da violência passam a constituir parâmetros que podem auxiliar no aprofundamento do problema e lançar luzes sobre propostas de intervenção do poder público, além de servir para conscientização e sensibilização à participação da sociedade.

No Brasil, a sistematização de dados e a construção de indicadores da violência têm avançado muito nos últimos anos, possibilitando não só revelar suas características e especificidades, auxiliando na redefinição e no refinamento dos conceitos que os tipificam, mas também auxiliando no estabelecimento de relações entre as diversas variáveis captadas, tais como a distribuição espacial e temporal, modalidade da violência, faixas etárias de incidência e outros.

Apesar de não constituir objeto central deste artigo, é interessante mencionar quais estratégias tem a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) adotado, em relação ao problema da violência entre jovens em Minas Gerais. O propósito é oferecer uma referência, naturalmente alternativa, para outros Estados. As estratégias em questão podem ser sintetizadas em *integração e ciência*. A primeira é observável a partir de cinco empreendimentos, em torno dos quais a Instituição vem orientando seus esforços nas áreas tecnológica e de pessoal: os programas *Fica Vivo*³ e *Centros de Referência do Cidadão (CRC)*⁴, o SIDS (Sistema Integrado de Defesa Social)⁵, o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência)⁶, e os CONSEP (Conselhos Comunitários de Segurança Pública)⁷. Em todas essas frentes de ação institucional, está presente a *ciência*. A descrição sobre cada um deles, bem como a demonstração do modo como está presente a *cientificidade*, dá-se na seção 3 deste artigo.

³ Denominação “comercial” atribuída ao Programa de Controle de Homicídios no Aglomerado Morro das Pedras, de Belo Horizonte, explicado na seção 3.

⁴ Centros criados para operacionalizar a presença do Estado nos aglomerados urbanos da capital mineira, também especificados na seção 3.

⁵ Sistema baseado na centralização da coleta e gestão de dados sobre a segurança pública, com presença física e coordenada pela Secretaria de Estado de Defesa Social, em implantação a partir do 2.º semestre de 2003 no Quartel do Comando-Geral da PMMG. Pormenores analogamente alinhavados na seção 3.

⁶ O PROERD baseia-se no D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*) em 1983, pelo Distrito Escolar de Los Angeles, em conjunto com o Departamento de Polícia local. Encontra-se presente em todos os estados norte-americanos e em mais de 40 países. No Brasil, está sendo aplicado em quase todos os Estados. A apreensão de 22 toneladas de cocaína que seriam distribuídas nas escolas de Los Angeles/EUA foi o inspirador do Programa.

⁷ O apoio da PMMG à estruturação e funcionamento, em toda Minas Gerais, de CONSEP, está regulado na Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) Nr 05, de 2002.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

Neste estudo, como ponto central, importa realizar um diagnóstico da ocorrência da mortalidade violenta por homicídio, entre jovens que moram nos estados da região Sudeste, no período de 1991 a 2000, e verificar a possibilidade, a partir da análise dos dados e indicadores disponíveis, de realizar prognósticos e tendências sobre a questão para os próximos anos, com vistas à construção de políticas públicas capazes de auxiliar na superação do problema.

A escolha do espaço a ser analisado deve-se à percepção empírica de que o *modus operandi* da violência nessa região apresenta formas de manifestação parecidas, podendo-se inferir que o aprendizado e a disseminação das técnicas e a difusão do conhecimento e da inovação nas atividades que envolvem a criminalidade e a segurança são favorecidos pela proximidade geográfica e pelas condições culturais, econômicas e sociais assemelhadas, particularmente dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

São esses estados detentores dos três maiores PIB's do país e neles estão localizadas também as três principais metrópoles urbanas brasileiras, reconhecidamente focos dinâmicos da violência. Parte-se, portanto, do pressuposto da necessidade de uma ação de intervenção política integrada, de âmbito regional, como estratégia de otimização dos recursos disponíveis e de envolvimento amplo da sociedade, como mecanismo para expansão das respostas aí desenvolvidas, para um contexto maior de reversão dos índices pela ação governamental.

Os dados vão revelar a constância e a regularidade da ocorrência dos homicídios por morte violenta em cada um dos estados da região, e é a partir dessa possibilidade de previsibilidade e regularidade dessas ocorrências que se pretende conhecer melhor a questão e estabelecer mecanismos de redução e superação do problema, utilizando uma base científica aprimorada e construindo técnicas mais eficientes.

Da análise do instrumento de coleta de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM - do DATASUS⁸, pode-se depreender que morte

⁸ DATASUS é a denominação do Departamento de Informática do SUS (Sistema Único de Saúde). Este é um dos principais Programas do Ministério da Saúde. O DATASUS tem a responsabilidade em dar suporte tecnológico à descentralização da gestão da saúde no Brasil. Por ser órgão de informática de âmbito nacional, o DATASUS atua como centro tecnológico de suporte técnico e normativo, para prover as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde de suporte técnico e dados, que são utilizados para o planejamento, operação e controle do SUS.

violenta é a denominação genérica indicativa da causa de óbitos ocorridos por acidentes de transporte, por homicídio ou agressões fatais e por suicídio. Esse conceito revela, nesses casos, a morte como “*resultado de uma intervenção humana, ou seja, resultado de alguma ação dos indivíduos, seja contra si, como no caso dos suicídios, seja intervenção intencional ou não de outras pessoas*”⁹. Esses dados constituem a base para a discussão sobre a violência levada a um grau extremo e, assim como o espectro de uma epidemia é medida pela quantidade de mortes que causou, a intensidade das diversas formas de violência guarda estreita relação com as mortes que origina.

A opção, neste trabalho, de se utilizar mortalidade violenta por homicídio como o indicador mais relevante, dentre as diversas manifestações de violência que resultaram em morte, deve-se à constatação da representatividade dessa categoria de morte violenta em termos de quantidade, comparativamente às demais categorias, comprovando uma escalada homicida na região e no país. Na região Sudeste como um todo, 47,0% dos óbitos entre jovens de 15 a 24 anos devem-se a homicídios, enquanto nas capitais da região registra-se que 56% dos óbitos entre jovens têm a mesma causa, em 2000.

Os dados que serão apresentados revelam que a violência pode e deve ser tratada como um fenômeno de natureza social. Assim sendo, dadas as condições em que se origina, a violência torna-se um fenômeno constante, previsível e relativamente de fácil prognóstico, em função da convivência dos grupos e/ou das estruturas da sociedade. Como será demonstrado, é possível, ainda que com uma certa margem de erro, a partir dos dados levantados, prever quantos jovens morrerão na região Sudeste como um todo e em cada Estado, no próximo ano, por homicídio.

Por fim, cabe justificar a escolha de se desenvolver essa análise a partir do grupo que compõe a faixa etária considerada jovem, entre 15 e 24 anos. A definição de juventude, segundo o Mapa da violência III¹⁰, adquire conotações diversas, de acordo com a área de interesse de conhecimento. O corte por faixa etária ajuda na superação desse problema e, utilizando as definições da Organização Pan-Americana de Saúde e da Organização Mundial de Saúde, para quem a adolescência abrange o período de 14 a 19 anos, e se considerar

⁹ Cf. base conceitual do DATASUS, no tocante ao Sistema de Informação sobre Mortalidade.

¹⁰ Trata-se de estudo produzido por WAISWELFISZ (2002), patrocinado pela UNESCO, pelos Instituto Ayrton Senna e Ministério da Justiça.

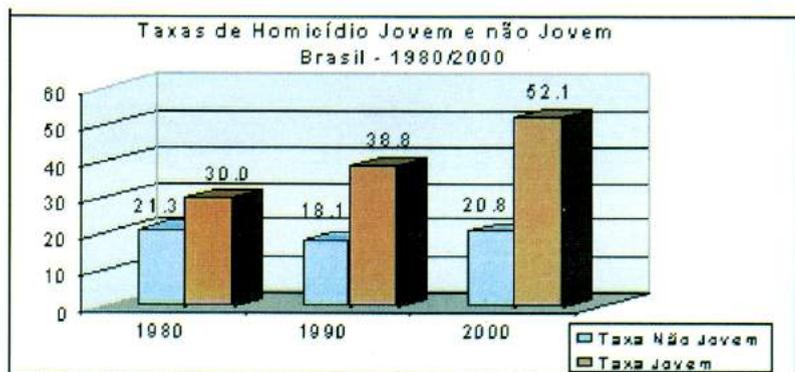
Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

considerar o conceito de juventude como sendo “*uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar como profissional, a faixa etária pode ser estendida dos 15 aos 24 anos*”¹¹

Por outro lado, o SIM do DATASUS, que centraliza informações sobre óbitos em todo o país, apesar de apresentar alguns problemas que comprometem a fidedignidade dos dados, é reconhecidamente um sistema capaz de cobrir um universo bem significativo de mortes e de identificar suas causas.

No âmbito global do país, o documento Mapa da Violência III, já referido, aponta o avanço das taxas de homicídios em relação à população total, vitimizando, relativamente, cada vez mais a juventude. No ano de 1980, foram registrados 27.464 homicídios, dos quais 7.524 atingiram jovens e 19.940, as restantes faixas etárias. Após 20 anos, em 2000, foram registrados 46.027 homicídios totais, 17.797 entre jovens e 28.230 no resto da população. O Gráfico I demonstra que, na medida em que se relativizam esses dados segundo a população, evidencia-se, de forma clara, que os avanços da violência homicida no Brasil, nas duas últimas décadas, tiveram como eixo exclusivo a vitimização juvenil.

Gráfico I



Fonte: Waiselfisz (2002) – SIM/DATASUS.

2 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Analisando-se os dados referentes aos estados e regiões do país, pode-se estabelecer uma relação direta entre as taxas de vitimização de jovens, por homicídios, e as taxas de homicídio da população geral. Onde os níveis de

¹¹ Mapa da Violência III, 2002, p. 18.

homicídios são baixos, também a vitimização juvenil é baixa. Ao aumentar as taxas de homicídios, aumenta também o nível de vitimização juvenil. Isso indica que a violência tem evoluído sobre a base dos homicídios juvenis. Assim a sobre-vitimização juvenil está relacionada com o nível de violência geral.

Para introduzir essa idéia, apresenta-se a seguir o Quadro I, por Unidade da Federação (UF), divididos em 3 grupos de taxas alta, média e baixa, para as variáveis vitimização de jovens e nível de homicídios.

QUADRO I
Distribuição das UF por Nível de Homicídios e de Vitimização Juvenil.
Ano de 1999.

		NÍVEL DE VITIMIZAÇÃO DE JOVENS		
		ALTO	MÉDIO	BAIXO
NÍVEL DE HOMICÍDIOS	ALTO	Distrito Federal Amapá São Paulo Espírito Santo Rio de Janeiro Pernambuco	Roraima	Rondônia Mato Grosso
	MÉDIO	Bahia Amazonas	Rio G. Sul Goiás Paraná Sergipe Alagoas	Ceará Mato Grosso Sul
	BAIXO	Piauí	Minas Gerais Paraíba Tocantins	Maranhão Santa Catarina Rio G. do Norte Acre Pará

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Pelos dados mostrados, 16 UF's confirmam essa hipótese (homicídio alto/vitimização alta; homicídio médio/vitimização média; homicídio baixo/vitimização baixa), 3 UF's não confirmam, e 8 se encontram em situação neutra. Destaca-se que, da região Sudeste, objeto desta análise, Rio, São Paulo e Espírito Santo situam-se no

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

quadrante *alto nível de homicídios e alto nível de vitimização* de jovens, enquanto Minas Gerais apresenta *pequeno nível de homicídios*, mas um *médio nível de vitimização* de jovens.

De 1991 a 2000, a região Sudeste teve aumentado, percentualmente, em 55,8%, o número de óbitos por homicídio da população total, e 72% no número de óbitos por faixa etária de 15 a 24 anos. No primeiro caso, Minas contribuiu com o maior índice da região - 62,7% no período -, enquanto no segundo, o Estado ficou com o segundo maior percentual, atrás apenas do Espírito Santo, e com dobro do Rio de Janeiro.

Na década entre os anos de 1991 e 2000, o número total de homicídios registrados pelo SIM, em todo o país, passou de 30.556 para 45.919, o que representa um aumento de 50,2%, bem superior ao incremento populacional, que foi de 15,6% no mesmo período.

TABELA I - Número de óbitos por homicídios - Faixa etária: população total Local: Região Sudeste e Estados/período 1991/2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	SUDESTE
1991	975	1.211	5.055	9.691	16.932
1992	844	1.103	4.516	9.027	15.490
1993	1.104	1.199	5.362	9.219	16.884
1994	1.173	1.096	6.414	9.995	18.678
1995	1.162	1.186	8.226	11.566	22.140
1996	1.199	1.225	8.049	12.350	22.823
1997	1.426	1.307	7.966	12.552	23.251
1998	1.692	1.471	7.570	14.001	24.734
1999	1.543	1.546	7.249	15.810	26.148
2000	1.446	1.970	7.331	15.632	26.379
% aumento	48,3	62,7	45,0	61,3	55,8

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

TABELA II - Número de óbitos por homicídios Faixa etária: 15 a 24 anos Região Sudeste e Estados - Período 1991/2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	SUDESTE
1991	238	338	1.757	3.782	6.115
1992	208	276	1.482	3.555	5.521
1993	343	322	1.725	3.484	5.874
1994	333	329	2.106	4.006	6.774
1995	392	355	2.886	4.222	7.858
1996	402	348	2.773	4.450	7.973
1997	492	381	2.895	4.676	8.444
1998	593	456	2.749	5.376	9.174
1999	537	520	2.710	6.133	9.936
2000	531	741	2.816	6.430	1.0518
% aumento	123,1	119,2	60,3	70,0	72,0

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Entretanto, as taxas de homicídios (por grupo de 100.000 habitantes) permitem relacionar o número de homicídios com o total da população, do que resulta um indicador sobre os níveis relativos de incidência, quando comparadas com diferentes volumes de população. Assim é possível verificar a posição “privilegiada” do estado de Minas Gerais, relativamente aos demais estados da Região.

TABELA III - Taxa de óbitos por homicídios - Faixa etária: população total Local: Região Sudeste e Estados - Período 1991/2000

UF/região	ANO									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Espírito Santo	37,7	32,1	41,3	43,3	42,2	41,7	48,6	56,6	50,7	46,7
Minas Gerais	7,7	6,9	7,5	6,7	7,2	7,2	7,6	8,4	8,8	11,0
Rio de Janeiro	39,6	35,0	41,2	48,9	62,2	58,8	57,5	53,9	51,0	50,9
São Paulo	30,8	28,2	28,4	30,3	34,6	35,7	35,6	35,2	36,7	36,4
SUDESTE	27,1	24,4	26,3	28,7	33,6	35,7	35,6	39,1	43,4	42,2

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

**TABELA IV - Taxa de óbitos por homicídios - Faixa etária: 15 a 24 anos
Local: Região Sudeste e Estados / Período 1991/ 2000**

UF/região	ANO									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Espírito Santo	46,7	40,0	64,6	61,5	71,0	69,4	82,9	97,7	92,3	83,6
Minas Gerais	11,1	8,9	10,3	10,3	11,0	10,4	11,2	13,2	14,9	20,9
Rio de Janeiro	76,2	63,6	73,2	88,4	120,0	111,9	115,2	107,2	105,0	107,6
São Paulo	64,1	59,0	56,6	63,8	65,9	67,3	69,2	78,0	87,2	89,6
SUDESTE	52,0	46,1	74,1	57,7	62,4	61,3	63,7	68,0	72,3	75,2

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Na Tabela V, a seguir, pode-se perceber que, em geral, não vem ocorrendo diferença significativa na posição relativa dos estados. As unidades da Federação que compõem a região Sudeste, e que detinham as maiores taxas, permanecem registrando o mesmo patamar no ordenamento geral, bem como se observa, claramente, a estabilidade do estado de Minas Gerais na situação de bem colocado nesse *ranking*. Verifica-se, no entanto, a representatividade da taxa de homicídio da população de jovens, no cômputo geral, ao longo do período analisado.

**TABELA V - Ranking dos Estados da região Sudeste em relação aos demais Estados da Federação - Taxa de Homicídios
População Total/População De 15 A 24 Anos - Período 1991/ 2000**

UF/região Sudeste	População Total			População de 15 a 24 anos		
	Posição em		Taxa 2000	Posição em		Taxa 2000
	1991	2000		1991	2000	
Espírito Santo	4º	3º	46,7	6º	4º	83,3
Minas Gerais	25º	23º	11,0	23º	23º	21,2
Rio de Janeiro	2º	2º	50,9	1º	1º	107,6
São Paulo	7º	4º	42,2	2º	3º	89,6

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

As capitais têm experimentado um aumento bem maior no número de homicídios do que o registrado nos estados como um todo, particularmente para a faixa etária de 15 a 24 anos. Em números percentuais, Belo Horizonte é a

capital que registrou o maior incremento no período, tanto para a população total como para a população jovem, apresentando, neste caso, o impressionante incremento de 225,7%.

TABELA VI - Número de óbitos por homicídios Faixa etária: população total Local: Capitais da Região Sudeste Período 1991/ 2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	SUDESTE
1991	308	1.919	4.850	165	7.242
1992	280	1.060	4.413	131	5.887
1993	274	1.802	4.352	206	6.634
1994	261	2.236	4.606	238	7.341
1995	373	3.474	5.722	250	9.818
1996	396	3.742	5686	223	10.047
1997	436	3.665	5607	277	9.985
1998	436	3.497	6.065	284	10.282
1999	574	2.998	6.890	293	10.755
2000	718	3.311	6.765	230	11.024
% aumento	133,1	72,5	39,5	39,4	52,2

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

TABELA VII - Número de óbitos por homicídios Faixa etária: 15 a 24 anos Local: Capitais da Região Sudeste Período 1991/ 2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	SUDESTE
1991	105	679	2.065	55	2.904
1992	92	353	1.921	36	2.402
1993	92	613	1.732	73	2.510
1994	91	722	1.970	78	2.861
1995	133	1.218	2.163	110	3.624
1996	138	1.307	2.122	81	3.648
1997	140	1.328	2.134	111	3.713
1998	140	1.352	2.335	109	3.936
1999	241	1.137	2.666	142	4.186
2000	342	1.341	2.797	97	4.577
% aumento	225,7	97,5	35,4	76,4	57,6

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

Em termos relativos, novamente a situação apresenta um novo ângulo, onde a Capital mineira apresenta a menor taxa da região, para os dois grupos de faixa etária, sendo que, no entanto, para a população total o índice tem permanecido praticamente inalterado ao longo do período, enquanto para o grupo de jovens, conforme Tabela VII, o aumento tem sido preocupante. Rio de Janeiro, Vitória e São Paulo estão entre as capitais brasileiras com maior taxa relativa de homicídios para os dois grupos etários, posicionando-se entre as primeiras do país.

TABELA VIII - Taxa de óbitos por homicídios – 1991/2000
Faixa etária: população total - Local: Capitais da Região Sudeste

ANO	UF/REGIÕES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	SUDESTE
1991	15,3	35,1	50,4	64,0	41,7
1992	13,8	19,3	45,7	50,5	33,8
1993	13,4	32,8	44,9	79,0	37,9
1994	12,7	40,6	47,3	90,7	41,8
1995	18,0	62,9	58,6	94,7	55,7
1996	18,9	67,4	57,8	83,9	56,6
1997	20,5	65,1	56,1	101,7	55,4
1998	20,1	61,3	59,8	101,8	56,2
1999	8,1	51,9	67,0	102,6	55,8
2000	14,8	56,5	64,8	78,7	56,5

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

TABELA IX - Taxa de óbitos por homicídios Faixa etária: 15 a 24 anos - Local: Capitais da Região Sudeste Período 1991/ 2000

ANO	UF/REGIÕES				
	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	SUDESTE
1991	26,5	73,5	115,7	110,0	92,1
1992	22,9	38,0	106,4	71,0	75,4
1993	22,6	65,6	94,9	142,0	78,0
1994	22,0	76,8	106,7	149,7	88,0
1995	31,7	128,8	115,8	208,4	110,3
1996	32,4	137,2	112,2	151,2	109,7
1997	32,3	136,9	111,0	200,7	109,8
1998	31,8	136,9	119,5	191,2	114,5
1999	53,9	113,1	134,3	241,8	119,8
2000	75,4	113,1	138,8	160,5	128,8

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Nas capitais, é possível observar uma movimentação mais significativa no ranking geral, indicando uma certa mobilidade nos focos dinâmicos da violência, ao mesmo tempo em que aumenta significativamente a taxa de homicídio entre jovens.

TABELA X - Ranking das capitais da Região Sudeste em relação às demais capitais da Federação - Taxa de Homicídio População Total/ População de 15 a 24 anos - Período 1991/ 2000

UF/região Sudeste	População Total			População de 15 a 24 anos		
	Posição em		Taxa 2000	Posição em		Taxa 2000
	1991	2000		1991	2000	
Vitória	2º	2º	78,7	3º	2º	160,5
Belo Horizonte	22º	25º	14,8	22º	16º	75,4
Rio de Janeiro	9º	5º	56,5	6º	4º	131,1
São Paulo	4º	4º	64,8	1º	3º	138,8

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

As evidências permitem afirmar que a escalada da violência homicida no país avança, vitimando principalmente a juventude. O **Gráfico II** revela que existem marcadas diferenças no número de óbitos por homicídios nas diversas idades. No Brasil, até os 13 anos, registram-se poucos casos de morte por homicídio. A partir de 14 anos, o número de vítimas de homicídio tende a crescer até a idade de 20 anos. A partir daí, o número cai gradualmente.

GRÁFICO II



Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

Nos Estados da região Sudeste, para a faixa etária de 15 a 24 anos, identifica-se a seguinte situação, detalhada por idade na Tabela XI:

TABELA XI - Participação (%) dos homicídios no total dos óbitos por idade simples Faixa etária: 15 a 24 anos - Local: Estados da Região Sudeste ANO 2000

UF	Idade (anos)										Total 15 a 24
	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
MG	16,9	17,8	19,8	26,9	23,8	22,5	23,4	20,6	24,4	22,1	22,4
RJ	44,0	51,0	56,0	58,4	58,3	57,3	52,5	52,1	51,8	51,5	53,9
ES	25,5	51,4	52,0	51,2	55,3	51,8	53,4	44,7	47,0	49,1	49,4
SP	37,6	46,4	55,6	55,0	53,9	53,5	50,3	49,7	48,7	45,6	50,4

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

TABELA XII - Participação (%) dos homicídios no total dos óbitos por idade simples Faixa etária: 15 a 24 anos - Local: capitais dos Estados da Região Sudeste - ANO 2000

Capitais	Idade (anos)										Total 15 a 24
	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
MG	38,8	35,7	41,7	48,2	37,4	29,4	36,7	36,5	44,6	37,6	38,0
RJ	44,8	51,1	58,9	60,5	61,9	56,0	52,0	53,1	52,0	54,8	55,0
ES	18,8	58,3	36,0	37,9	40,9	56,0	37,1	44,4	34,6	38,5	39,4
SP	49,3	60,3	65,2	69,3	65,8	61,9	62,4	60,2	62,5	56,0	61,9

Fonte: Waiselfisz (2002), SIM/DATASUS.

Em destaque os percentuais acima de 50%, tanto nos Estados como nas capitais, ressaltando mais uma vez a diferença da realidade no Estado de Minas e, principalmente, mostrando a trágica condição dos jovens, de forma particular nos estados de São Paulo, Rio e Espírito Santo e suas respectivas capitais.

3 ESTRATÉGIAS DA PMMG ANTE A MORTALIDADE VIOLENTA POR HOMICÍDIO ENTRE JOVENS

Conforme mencionado na Introdução, apesar de não constituir objeto central deste artigo, mostrou-se interessante mencionar quais estratégias tem a

PMMG adotado, em relação ao problema da violência entre jovens em Minas Gerais. As estratégias, sintetizadas em *integração* e *cientificidade*, encontram-se associadas e são observáveis em cinco programas: o *Fica Vivo*, o CRC, o SIDS, o PROERD e os CONSEP¹².

O *Fica Vivo* é denominação escolhida pela comunidade do aglomerado Morro das Pedras, para o Programa de Controle de Homicídios. Este surgiu em 2001 e reuniu, em torno do problema da mortalidade violenta entre jovens, vários órgãos da Administração Pública Estadual e do Município de Belo Horizonte, empresários e conselho de moradores do aglomerado. A eleição deste para *piloto* do Programa deu-se por se verificarem no local os maiores índices de morte por brigas entre gangues. Por meio de apontamentos de ordem sociológica fornecidos pelo Crisp/UFGM e do potencial de trabalho da Polícia Militar, procedeu-se à implantação do programa em dois níveis de intervenção: proteção social e ação conjunta entre os órgãos integrantes do sistema de Defesa Social do Estado.

Atualmente, a Corporação tem presença mínima no local, atuando maciçamente os outros órgãos. Ao início de 2003, a Secretaria de Estado da Defesa Social assumiu a coordenação geral do Programa e tem o objetivo de, a partir das experiências desse *piloto*, expandir o Fica Vivo para outras áreas críticas do Estado. Os números de mortes de jovens tem apresentado decréscimo desde a implantação do Programa no Morro das Pedras. O primeiro grande teste para a comunidade local foi a inauguração de uma micro-empresa (pizzaria), inaugurada em agosto de 2003, montada por meio de arrecadações dos gestores do Programa e na qual atuam, como administradores e funcionários, jovens do aglomerado.

Os CRC constituem centros de referência onde os moradores de aglomerados urbanos (favelas) têm acesso a serviços essenciais à efetiva promoção da Justiça. Baseiam-se no pressuposto de que ao Estado contemporâneo cabe a responsabilidade de ocupar espaços historicamente por

¹² Segundo o Programa PROERD mineiro, constituem parceiros da Polícia Militar no seu desenvolvimento o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), organizações dos governos do Estado e dos Municípios, apoiadores não-governamentais, famílias dos alunos, seus professores atuais, Diretoria de suas escolas e empresas privadas voluntárias. O objetivo é “diminuir a violência e prevenir o uso de drogas por crianças e adolescentes em Minas Gerais, mediante aulas no seu ambiente escolar”.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

ele abandonados, que correspondem às regiões em que, por inércia da Administração Pública, veio se instalando nos últimos anos uma sensação de ausência do Poder Público, fator responsável por um clima de legitimidade da justiça pelas próprias mãos. Estudo realizado sob a coordenação de POCHMANN e AMORIM (2003), permite estabelecer uma relação entre exclusão social e a violência, partindo da idéia de que a esta encontram-se mais expostos os moradores de aglomerados urbanos.

Em 2003, sete aglomerados urbanos de Belo Horizonte possuem CRC. Nesses locais, atuam agentes do Judiciário, Polícia Militar, Polícia Civil e de outros órgãos do Poder Público, oferecendo aos residentes meios para a solução pacífica de conflitos. O custeio das despesas com a prestação desse serviço ocorre com base em convênio firmado entre o Governo do Estado e a SENASP/ Ministério da Justiça, e na parceria entre a UFMG, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Telemar, os CORREIOS, a Loteria Mineira, o SEBRAE e, principalmente, os moradores desses aglomerados, geralmente organizados em conselhos comunitários.

O SIDS é um sistema concebido para a gestão das informações de segurança pública, gerenciamento que vai desde o atendimento das emergências policiais pela Polícia Militar, até a execução penal, passando pela investigação policial, o controle de inquéritos e processos judiciais. Baseia-se no intercâmbio, num mesmo sistema central, de dados armazenados nos sistemas dos órgãos públicos ligados à prevenção e à repressão ao crime. O resultado mais visível dessa integração é o fim do retrabalho na digitação de dados e produção de estatísticas, facilitando a formulação de políticas sociais e de antecipação aos movimentos da criminalidade.

Dois módulos sustentam toda essa estrutura: o **REDS** (Registro de Eventos de Defesa Social), que terá abrangência em todo o Estado e simboliza a padronização do boletim utilizado para registro de ocorrências pelas equipes dos diversos órgãos participantes do SIDS que atuam nas ruas, e um **módulo de estatística espacial**, que permitirá, dentre outras análises, visualizar, em mapas, o comportamento criminal em uma determinada localidade (região, área, setor, sub-setor, município, bairro, rua, etc). Sua utilidade está em racionalizar e potencializar o emprego de recursos humanos e logísticos do Estado, no amplo espectro de ações que integram a prestação da defesa social.

No que diz respeito ao seu comportamento em relação ao SIDS, a PMMG fez constar no Plano Estratégico 2003-2007 (p. 51), o objetivo de

implantar o SIDS em todas as frações da Instituição (presente nos 853 Municípios do Estado), mediante o desenvolvimento do módulo de registro de eventos de Defesa Social (REDS), que se destina ao registro informatizado de boletins de ocorrências policiais, tanto da Polícia Militar quanto da Civil, de trânsito, de meio ambiente e de bombeiro, bem como de requisições e representações.

O PROERD é programa que funciona em Minas Gerais desde 1998², já instalado em várias Unidades da Federação brasileira, proveniente do Distrito Escolar de Los Angeles/EUA e idealizado pela professora Ruth Rich, em 1983; chegou ao Brasil no início dos anos 1990, por meio da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e consiste num conjunto de dezessete lições, aplicadas em um módulo semestral por policiais-militares previamente treinados, a um público de crianças localizadas na faixa etária de 9 a 12 anos.

A seleção das escolas dá-se pelo critério de maior exposição de seus alunos a fatores geradores da violência e a outros capazes de induzir ao uso de drogas, dentre eles a convivência em áreas geográficas consideradas críticas do ponto de vista de carência ou ausência de aporte de recursos públicos e de insuficiente desenvolvimento de políticas sociais pelo Estado. Foram formados em todo o Estado de Minas Gerais, no período de 1998 a 2003 (1º semestre), 65.055 crianças, oriundas de 508 escolas públicas e privadas.

CONSEP não é peculiaridade de Minas Gerais, tampouco o Estado é pioneiro na sua constituição. No entanto, o conhecimento do que trata a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública Nr 05/2002, expedida pela PMMG aos seus administradores, é ilustrativo do significado dessa sigla e do modelo de relação entre a comunidade e os órgãos públicos incumbidos de lhe prover segurança:

Modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art. 5.º, XVII da Constituição Federal, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública, no contexto municipal ou em subdivisão territorial de um Município. (...) Os CONSEP têm vida própria e subordinação apenas à publicidade e à lisura de seus atos, que a PMMG pretende enfatizar por mecanismos como a prestação de contas, eleições periódicas e registro público.

Diagnóstico da mortalidade violenta entre jovens na região SUDESTE: análise exploratória da importância de indicadores para políticas públicas, e estratégias da PMMG ante o problema

O PROERD, os CONSEP, os CRC, o SIDS e o Fica Vivo representam também o ingresso da *cientificidade* nas políticas públicas desenvolvidas nas ações da PMMG em razão dos mecanismos de acompanhamento, aprimorados continuamente, que têm subsidiado, inclusive por meio de mapas geoprocessados, a escolha de prioridades institucionais no desempenho de seu papel constitucional.

Com o efetivo ingresso da SENASP na cena da gestão nacional da segurança pública, e a opção político-técnica de sua equipe, a partir de 2003, por condicionar o repasse de recursos aos Estados à apresentação de projetos e à prestação de contas, tanto a *integração* quanto à *cientificidade* vêm se consolidando como características centrais da relação polícia-comunidade. Todas as quatro frentes de ação estratégica descritas neste tópico representam o empenho da PMMG em interferir no fenômeno da violência, sendo uma expectativa institucional que o público de jovens enfocado neste artigo seja alcançado direta ou indiretamente, a curto, médio ou longo prazos, pelos resultados de todo esse trabalho.

4 CONCLUSÃO

Atendendo aos objetivos deste artigo, desenvolveu-se a análise dos dados disponíveis sobre mortalidade violenta por homicídio, focando-se nos jovens da faixa etária entre 15 e 24 anos, em comparação com a população total, residente nos estados da região Sudeste, no período de 1991 a 2000. Para isso, centrou-se a identificação e caracterização da violência, de forma a comprovar que, longe de ser produto aleatório de atores isolados, é possível configurar “tendências”.

À parte do cenário trágico revelado pelos dados e indicadores apresentados e da constatação de ser possível calcular, com uma pequena margem de erro, o número de jovens que morrerão nos próximos anos, mantidas as condições sociais, políticas e econômicas, revela-se, por outro lado, o aumento da capacidade do poder público e da sociedade reverterem esse processo, na medida em que se conhece mais profundamente esse problema.

Os caminhos para a promoção dessa mudança passam pela definição de políticas e estratégias que estimulem a plena inserção dos jovens e articulem esforços e iniciativas do setor público seja federal, estadual ou municipal, da esfera privada, das organizações não-governamentais e dos próprios jovens, por meio da valorização e do fortalecimento da identidade juvenil e da sua participação como setor consciente e ativo na construção da cidadania. Deixou-

se de avaliar especificamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, por fugir aos propósitos do estudo.

As intervenções realizadas visando alterar esse quadro devem ser acompanhadas e avaliadas a partir dos indicadores que apontaram e definiram o problema. Esse trabalho pretendeu comprovar a importância da sistematização, estruturação e confiabilidade dos dados, da relevância da construção de indicadores para a análise e propostas de intervenção.

Mostrou-se o modo como a PMMG está lidando com o problema aqui diagnosticado. Por se tratarem de políticas de longo prazo, ainda é cedo para mensurar resultados do *Fica Vivo*, do PROERD, do trabalho dos CONSEP, do funcionamento dos CRC e do SIDS. Contudo, a prática e a observação cotidiana têm mostrado que essas estratégias constituem um bom começo, menos susceptível às discontinuidades de gestão, porque subsidiadas por metodologia própria e ancoradas em uma crescente cientificidade.

A violência entre os jovens tem raízes cuja identificação este artigo não pretendeu explorar. No entanto, algumas respostas para o problema já foram obtidas. Mediamente, o SIDS, os CONSEP, os CRC e o PROERD lançam esperança de um futuro menos violento. Por seu turno, o *Fica Vivo* significa respostas mais objetivas e imediatas para o problema. Em todas essas estratégias, a aproximação – necessária, oportuna e inadiável – entre o Estado e a sociedade, no campo das ações contra a violência, vai inaugurando um tempo de travessia entre um modelo em crise, baseado na distância entre o promotor e os destinatários da segurança pública, e um tempo novo, escrito sob o signo da participação.

A mortalidade violenta entre jovens na Região Sudeste, diagnosticada neste artigo, expõe causas diretamente vinculadas à segurança pública, mas também insinua outras, que merecem estudo e a adequada intervenção. Compreendê-las é o passo seguinte e talvez a chave para o entendimento de uma questão essencial à segurança no Brasil. Agir sobre essas causas é um dos grandes desafios, talvez o maior, posto aos cientistas sociais, à classe política e à sociedade como um todo. O futuro, não mais simplesmente aguardado, mas responsabilmente escrito, terá muito a reportar.

Abstract: Recongnizing and analyzing tendencies for the Southeast Region, in a context of criminality and security. There are a great number of violent homicides among youths in this Region. The Police Department has adopted norms to confront these problems

Key words: Homicides, youths, tendencies, strategies of intervention.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. *Tabelas de unidades territoriais*. Departamento de Informática do SUS (DATASUS), acessado em 09Jun2003, em www.datasus.gov.br.

JANNUZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceito, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. *Diretriz para a produção de serviços de segurança pública, Nr 05*. Disciplina o apoio à estruturação e funcionamento de conselhos comunitários de segurança pública – CONSEP – em Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 2002.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD*. Belo Horizonte: Seção de Emprego Operacional/Estado-Maior/Comando-Geral, 2003.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. *Plano Estratégico 2003-2007*. Belo Horizonte: Comando-Geral, 2003.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência III: os jovens do Brasil, juventude, violência e cidadania*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2002.

ZALUAR, Alba. *Qualidade de dados: políticas públicas eficazes e democracia*. IV Conferência Nacional de Estatística. Textos para discussão. Vol. 3. Rio de Janeiro, UERJ, 1996.